



BREVE SINOPSE DA
COLECÇÃO MUNICIPAL
DE ARTE DE SINTRA E DE
UMA DAS SUAS PINTURAS
MAIS SIMBÓLICAS

Luís Cardoso

Resumo

O município de Sintra possui uma colecção de arte, herdeira de vários projectos e esboços museológicos que se estendem por um percurso temporal de cerca de sete décadas. Trata-se de um conjunto de peças que mereceu por parte da autarquia um minucioso esforço de inventariação desde 2004. Este texto é resultado de algumas notas do processo deste mesmo inventário, pretendendo sobretudo ser um primeiro patamar de acesso à colecção, a qual necessitará de mais estudos e, sobretudo, novos olhares.

Palavras-chave: Colecção Municipal de Arte, Sintra, António Carneiro, Museus, Arte

Abstract

The municipality of Sintra has an art collection, heiress of several museum projects that span a journey time of about seven decades. This is a set of art pieces that deserved by the town council a detailed inventory effort since 2004. This text is the result of some notes of this same inventory intending to be a first level of access to the collection, which will require further studies and especially new looks.

Key words: Municipal Art Collection, Sintra, António Carneiro, Museums, Art

BREVE SINOPSE DE UMA COLECÇÃO DE ARTE E DE UMA DAS SUAS PINTURAS MAIS SIMBÓLICAS

Luís Cardoso¹

Técnico Superior da Câmara Municipal de Sintra;
Licenciado em História da Arte
Mestre em Novos Media

“Sintra, o mais belo, o mais majestoso e o mais evocativo jardim de Portugal plantado na costa atlântica e erguido na sua monumental grandeza vegetal, que chega a roçar pelas nuvens do céu, merecia bem um vasto Museu para exposição da Arte que tem inspirado e motivará em futuras gerações”.

Diogo Macedo

O município de Sintra possui uma colecção de arte, herdeira de vários projectos e esboços museológicos que se estendem por um percurso temporal de cerca de sete décadas. Trata-se de um conjunto de peças que mereceu por parte da autarquia um minucioso esforço de inventariação desde 2004.

O presente texto é resultado de algumas notas deste processo de inventário, pretendendo sobretudo ser um primeiro patamar de acesso à colecção, a qual necessitará de mais estudos e, sobretudo, novos olhares.

¹ Este texto resulta de um trabalho desenvolvido pela equipa que coordenei entre 2004 e 2009 enquadrada na então Divisão de Museus Municipais (mais tarde, Divisão de Bibliotecas, Museus e Património Histórico-Cultural) da Câmara Municipal de Sintra, constituída por: Dr. João Cardoso e Vítor Silva, e, entre 2009 e 2010, por: Vítor Silva e Rui Tavares. Sem eles não teria sido possível.

A equipa que iniciou o actual inventário da colecção foi, desde logo, confrontada com uma óbvia questão: de que forma surgiu e foi feita a gestão destas obras de arte?

Encontramos um princípio de resposta em 1939, ano em que foram decididas constituir, por decisão camarária, três ambicionadas valências municipais: o arquivo, a biblioteca e um museu. Cada uma delas pretendia colmatar lacunas culturais e patrimoniais locais, mas, em boa verdade, quer em termos físicos, quer em termos de gestão, serão um todo durante décadas², após a inauguração de 1941.

O espaço escolhido, o Palácio Valenças, funcionava também como uma autêntica sala municipal de recepções e de espectáculos, aglutinando ainda mais a ideia de cultura municipal integrada.

Em destaque, na Imprensa da época, surge sobretudo a Biblioteca, mas há algumas e interessantes referências ao museu municipal, destacando-se as doações de Cunha e Costa, conhecido por Visconde das Picoas³, das quais dois conjuntos se revelam importantes núcleos expositivos: as colecções etnográficas e de gravuras de Sintra. Esta última acaba, anos mais tarde, por ser incluída no Arquivo Histórico, não seguindo o caminho das obras de arte do museu municipal que constituirão o embrião da actual colecção.

Proveniência

Perceber a origem das peças da colecção municipal de arte é fundamental para que possamos aferir da sua vivência e propósito, da sua integração no conjunto. Tomemos como ponto de partida o que se escreveu (Serrão, 1982), nos anos oitenta do passado século, sobre a origem das obras da Galeria de Exposição Permanente (GEP) – Edifício do Turismo⁴:

² Esta ambiguidade terá reflexos no actual corpo da colecção de arte, uma vez que várias obras foram integradas no Arquivo Histórico.

³ Título nobiliárquico que não possuía uma vez que foi atribuído a um seu antepassado, sem possibilidade de transmissão.

⁴ Então designada por “Secção [e também Galeria] de Pintura de Temática Sintrense do Museu Regional de Sintra”.

“As pinturas que a constituem provêm de quatro núcleos distintos:

- a) núcleo da extinta Casa-Museu Paula Campos, nas Azenhas do Mar;
- b) Núcleo oferecido à C. M. S. por Eduardo Cunha e Costa;
- c) núcleo de peças adquiridas pelo Município;
- d) núcleo de peças oferecidas pelos artistas”.

Passadas três décadas sobre estas palavras, que proveniência podemos aferir para a generalidade da colecção? De certo modo, as mesmas citadas por Vitor Serrão⁵, podendo, hoje, estratificá-las da seguinte forma:

1. Antigo Museu Municipal – existiu no Palácio Valenças, entre 1940 e 1962, altura da sua extinção (CAETANO, 2000), mantendo-se neste espaço, no entanto, diversas obras de arte dispostas pelas salas de leitura e outras dependências da Biblioteca Municipal de Sintra (que também aí funcionou até 2003); de igual modo, continuaram as exposições de arte, pelo menos até aos anos 80 do passado século;

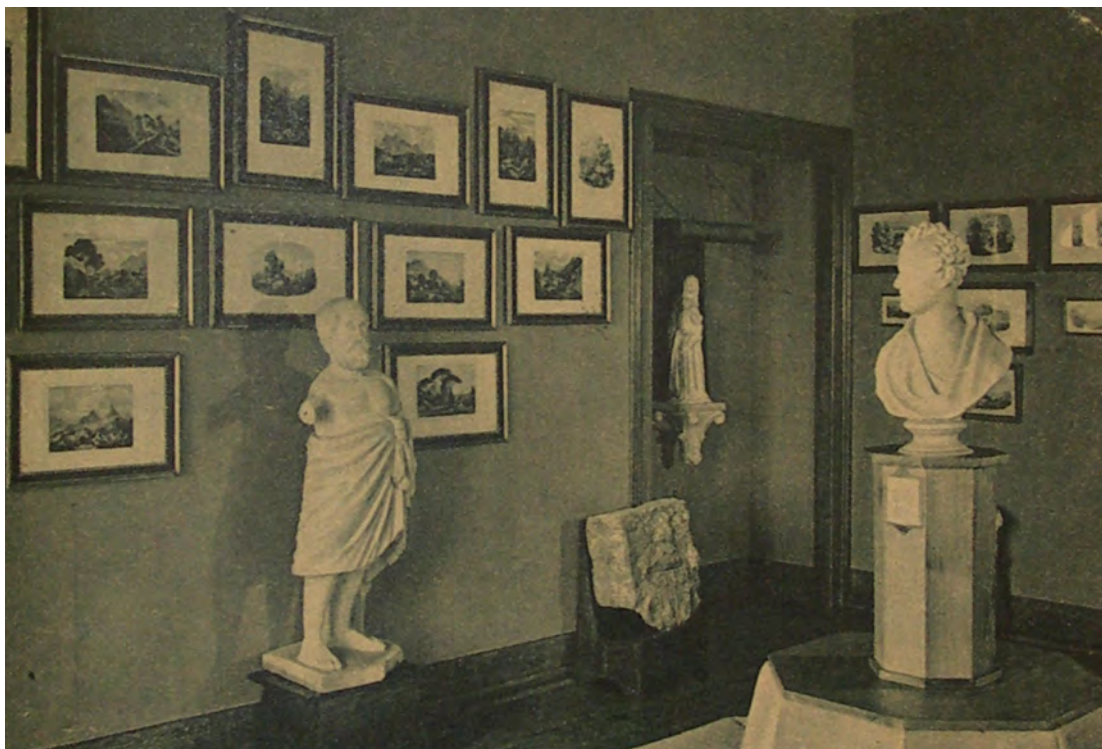


Figura 1 - fotografia inserida no Guia Turístico de Sintra (pág. 21), de Francisco COSTA, em 1949, com a seguinte legenda: “**Museu Municipal** – Sala Byron, um aspecto da Galeria de gravuras”

⁵ À época, Director da Biblioteca Municipal de Sintra e responsável pela colecção.

2. Sala-Museu Paula Campos⁶ – aberta ao público durante as décadas de 40 e fins de 60, nas Azenhas do Mar, e, dedicada à memória do seu patrono – Emílio de Paula Campos –, comportando ainda inúmeras obras de outros artistas, entre os quais muitos de referência no panorama da Arte portuguesa⁷;
3. Aquisições:
 - a. Por iniciativa municipal – registando-se, a título de exemplo uma obra de Mily Possoz, adquirida nos anos 50 do século XX;
 - b. Através das Galerias Municipais de Arte, uma vez que os artistas cediam uma obra aquando da realização de exposições⁸, rotina iniciada ainda no Museu Municipal, no Palácio Valenças (anos 60 do século XX) e continuada depois no Museu Regional de Sintra (anos 80/90 século XX);
 - c. Através de concursos e iniciativas municipais de arte (nomeadamente os “Prémios de Pintura e Escultura D. Fernando II”).
4. Doações:
 - a. Pelos artistas – lembrando aqui ofertas recentes de trabalhos da arquitecta Maria Paula Dionísio Vieira ou da família da pintora Maria Aurelina;
 - b. Por coleccionadores, sendo de destacar, por exemplo, a qualidade advinda da citada doação de Cunha e Costa.

Daqui se infere, então, que a colecção de arte não foi fruto de uma demanda, de um trabalho de procura e enriquecimento do seu corpo. Não são

⁶ O protocolo de cedência à Câmara Municipal de Sintra de obras de arte provenientes da Sala-Museu Paula Campos foi celebrado entre o Arquitecto Francisco Castro Rodrigues, sobrinho de Paula Campos e responsável pela sala-museu, e a Câmara Municipal de Sintra, tendo as obras dado entrada na autarquia em 6 de Julho de 1973, conforme assinatura (ilegível). No entanto, este protocolo, sob forma de carta dirigida ao Presidente da Câmara, tem a data de 25 de Junho do mesmo ano. Quem intermediou o processo foi o então Vereador Brigadeiro Rogério Machado de Souza, sendo Presidente da Câmara, o Dr. António Forjaz. O protocolo tem oito (9) páginas, incluindo três listagens:

- obras doadas ao Município em número de cinquenta (50);
- obras colocadas em depósito em número dezanove (19);
- lista com detentores de obras do artista Paula Campos.

⁷ Artistas como Falcão Trigoso (amigo pessoal), Columbano, Mário Dionísio ou Júlio Pomar (estes dois últimos foram seus alunos).

⁸ Este processo foi recentemente abandonado, por mudança do regulamento municipal das galerias de arte. A doação de obras de arte é agora uma opção de quem expõe.

conhecidos planos de aquisição concertados e com fio condutor e, as que aconteceram, não sendo – obviamente –, obra do acaso, foram sobretudo resultado das estratégias das galerias municipais ou alguma vontade avulsa. Os motivos que conduziram a que a colecção de arte não crescesse de modo continuado e planeado são sobretudo duas:

- a inexistência de equipas que, regularmente, se tivessem votado exclusivamente a tal tarefa;
- a dificuldade de compatibilizar verbas e a compra de obras de arte.

Estamos assim perante um percurso irregular de uma colecção de arte – quer ao nível dos pressupostos teóricos da sua defesa, quer ao nível da sua protecção física (em exposição e em Reserva⁹) –, e, de tal forma assim é, que se tem revelado uma tarefa complexa o seu registo histórico. A colecção foi sendo organizada dependendo de vontades avulsas, fossem elas de autarcas ou de funcionários. E, a sua importância tornou-se tão residual que acabou por albergar um vasto conjunto de objectos fora da esfera da arte, pelo que o termo *iconográfico* – que consta em referências e lista de inventário várias – se aplicava na perfeição. Isto porque qualquer documento imagético que estivesse emoldurado, como por exemplo um diploma, era arrolado na colecção.

Porém, não se infira destas palavras que nunca tenham existido boas e vontades determinadas. Descortinam-se boas intenções e, também, trabalho de vulto – lembrem-se, por exemplo, os anos que a autarquia contou com os préstimos do Professor Doutor Vítor Serrão, época em que se iniciou um inventário e se deu corpo a um equipamento museológico, o Museu Regional de Sintra (entre 1982 e meados dos anos 90); o inevitável lamento é que raramente percebemos uma evolução contínua desses esforços.

⁹ Os espaço expositivos e de reserva das obras tiveram uma itinerância que não favoreceu a colecção e as suas obras. Só com o processo iniciado em 2004 resulta um espaço de Reserva que, gradualmente, tem conseguido dar resposta não só a esta colecção como a outras existentes na autarquia, nomeadamente dos museus municipais.

A colecção, hoje

Em 2004 começa a inversão de tal ciclo procurando dar corpo e identidade à actual Colecção.

Decidem-se então três pontos fundamentais:

1. tendo em conta as várias listas e arrolamentos anteriores, inventariar todas as peças de forma sistemática, em papel e registo informático, incluindo fotografia da obra; neste processo, separar todos os documentos que se constituíssem unicamente como tal¹⁰ – diplomas, fotografias de arquivo e objectos vários – das obras de arte;
2. proceder a investigação pontual e regular;
3. passar a designar-se o conjunto por Colecção Municipal de Arte¹¹.

Por outro lado, a criação de uma Reserva¹² e a perspectivação de um projecto museológico¹³ foram ferramentas que ajudaram a dar um impulso a todo o processo de inventário. Hoje, a colecção tem cerca de 3.500 mil peças¹⁴, as quais estão distribuídas por espaços expositivos municipais – como a Biblioteca ou o Palácio Valenças – mas também acondicionadas em Reserva. Foi ainda criada a “Galeria da Colecção Municipal de Arte”, no Museu Ferreira de Castro, a qual constitui, por ora, a desejada experiência museológica e tendo sido realizadas já mais de uma dezena de exposições

¹⁰ Todas as obras de arte são documentos históricos, mas o inverso não é necessariamente verdade, só porque se encontram acondicionados numa moldura – por exemplo: vários diplomas com que a autarquia foi agraciada. Esta situação é, também e uma vez mais, reveladora da falta de uma orientação objectiva que a colecção teve durante anos.

¹¹ O termo “iconográfico” servia como um chapéu para qualquer tipo de documento. Não sendo um termo incorrecto, revelava-se, no entanto, inapropriado, pois sustentava aquele tipo de opções para a colecção. Havia claramente que separar as obras de arte, cujo conjunto começa então a ser designado por Colecção Municipal de Arte.

¹² Cf nota de rodapé 9.

¹³ Desde sempre que está presente a ideia de um museu de arte em Sintra. Basta atentarmos nas palavras de Diogo Macedo e em documentação camarária vária, onde vemos invariavelmente designações como “Museu Iconográfico” ou “Museu das Artes”. A própria colecção de arte esteve agregada a dois museus da autarquia: o “Museu Municipal” e o “Museu Regional de Sintra”. Face às dificuldades actuais de uma tal estrutura emergir, existe um projecto em curso de um museu virtual na Web.

¹⁴ Actualmente, a colecção tem dezasseis categorias, catorze das quais correspondendo a categorias de arte e as outras duas a peças que, não sendo obras de arte, foram agregadas ao conjunto; destaque para o número de pinturas (cerca de 40% da colecção), mas também de desenhos, fotografias, esculturas, cerâmicas e técnicas mistas. As obras estão inventariadas, incluindo informação e fotografia(s), encontrando-se, assim, completamente enquadradas no património artístico municipal.

desde 2008, permitindo a rotatividade de peças que não são expostas regularmente.

O desenvolvimento de um inventário está sempre revestido de limitações, quer quanto às flutuações de informação, quer ainda quanto à insuficiência de recursos, sejam os mesmos humanos ou materiais.

No entanto, a equipa que iniciou funções em 2004 procurou sempre, mesmo quando sucediam dificuldades de diversa ordem, o melhor rumo para concretizar um rigoroso e consistente inventário. Durante o processo de inventariação foi mesmo sendo confrontada com informação diferente da que



Figura 2

Cabeça de criança
Vasco Pereira da Conceição
1945
Terracota
25 cm x 22 cm x 18 cm
Inv.: 2076/cms.ma.esc.31

constava sobre determinadas obras. E os dados, nas fichas e noutros documentos de identidade da peça, têm forçosamente de ser alterados, transformando também a percepção da própria obra de arte.

Desta forma, o inventário da Colecção Municipal de Arte não foi excepção quanto a essa amplitude – chamemos-lhe mesmo abertura – a ter em conta face ao conhecimento adquirido. Não podem existir certezas eternas, nem decisões absolutas.

Há vários exemplos desta abordagem à Colecção. Foram reintegradas na colecção peças que não constando das listas de inventário, a ela de facto pertenciam

É o caso de algumas das obras provenientes da Sala-Museu Paula Campos, embora tivessem sido integradas na colecção em 1973. (figura 2).

Outro caso singular é o que reporta a uma aguarela de Raquel Roque Gameiro e cuja autoria era atribuída a uma enigmática “Raquel” (figura 3).



Figura 3

Sem título (pormenor)
Raquel Roque Gameiro
1949
Aguarela sobre cartão
63 cm x 45 cm
INV.: 2104/CMS.MA.PIN.776

O simples acto de comparar informação disponível – e que raras vezes era aplicado – permitiu perceber o modo como foi concebida uma das pinturas atribuídas a João Cristino da Silva¹⁵ (conforme se pode aferir pela figura 4).



Figura 4 - Cristino da Silva utiliza a gravura que se apresenta à direita, de autor anónimo, para a composição do seu óleo. Elimina alguns elementos (as muralhas do Castelo dos Mouros e vegetação, por exemplo) e acrescenta outros (os personagens no muro e no caminho), por forma a criar a sua própria e idílica visão do lugar, característica bem própria dos artistas românticos.

Inúmeros são os casos de investigação – e que não cabem neste artigo, merecendo, certamente, textos autónomos –, numa colecção que remonta a meados do século XIX e continua ainda hoje a incorporar obras, juntando nomes como os citados João Cristino da Silva, Mily Possoz e Raquel Roque Gameiro, mas também: Columbano, João Vaz, António Carneiro, Paula Campos, Alonso, Bernardo Marques, Alfredo Keil, Alberto Sousa, Júlio Pomar ou Luiz Varela Aldemira, aos quais se juntam novos valores das artes portuguesas, como é o caso dos irmãos Gilberto e Gabriel Colaço (pintura) ou Paulo Perre (escultura), vencedores de edições da iniciativa municipal *Prémio de Pintura e Escultura D. Fernando II*.

A própria vivência da colecção – que entretanto aglutinou outros núcleos de arte existentes no património móvel municipal, nomeadamente na denominada Camiliana e no espólio da poetisa Oliva Guerra – é um registo que merecerá ser compilado para memória futura. E, nunca será demais referi-lo, aqui residiu um dos óbices ao desenvolvimento da colecção, durante

¹⁵ Por Vítor Serrão, em 1982.

décadas: o não se ter construído uma história, a *história* da colecção. As memórias foram-se desvanecendo e, agora, tentam ser recuperadas paulatinamente.

Mas existe uma dessas memórias ou histórias que tem toda a pertinência ser aqui lembrada. Referimo-nos à obra de António Carneiro – um dos artistas de referência presente na colecção –, “Maria Josefina em 1905”, uma tela de pequenas dimensões que acabou por ser uma escolha natural para símbolo da colecção.

Maria Josefina em 1905

Este pequeno quadro a óleo surge na colecção proveniente da Escola Primária das Azenhas do Mar. Não se encontrou documentação que nos pudesse esclarecer o porquê desta incomum “presença” num estabelecimento de ensino. De facto, não há memória de casos similares no concelho e, face à proximidade do edifício onde funcionou a Sala-Museu Paula Campos, poderá ser uma hipótese que a pintura de Carneiro estivesse originalmente nesse espaço. No entanto, os livros de registo da Sala-Museu não a contemplam, nem o arquitecto Castro Rodrigues¹⁶ se lembra de ver tal obra.



Figura 5

Maria Josefina em 1905
António Carneiro
1905
Óleo sobre tela
50,4 cm x 30,3 cm

Porém, nem os registos são completamente rigorosos – obras há provenientes do museu que neles não surgem –, nem o sobrinho de Paula Campos esteve sempre presente no

¹⁶ Vd. nota de rodapé 6.

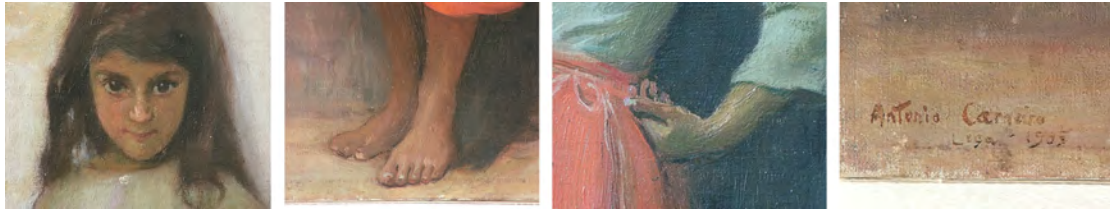


Figura 6 - Pormenores de “Maria Josefina em 1905”.

museu. Nas duas últimas décadas da casa-museu vivia em Angola e é exactamente por ter conhecimento que o espaço estava ao abandono no fim dos anos 60 (século XX), que o decide fechar. Nas obras que transitam para a Câmara Municipal por fecho da sala-museu¹⁷, também não encontramos arrolada a obra de Carneiro.

A origem da peça é, assim e ainda, uma incerteza.

Voltando então à pintura em si mesma, atentemos no pequeno texto feito para anexar à ficha de inventário:

Representação de uma menina, em pé, descalça e encostada a uma parede ou muro. O chão, apenas num breve apontamento, tratando-se – eventualmente – de areia. A posição sugere pose, uma vez que o braço direito descai acompanhando o corpo, enquanto que o esquerdo, arqueado, apoia a mão sobre a cintura, enquanto o olhar se dirige longamente sobre quem a pinta, e, por força disso, quem aprecia a obra. Quanto ao rosto, destacam-se os grandes olhos, o nariz longo e uma boca que se curva suavemente, conferindo óbvia serenidade a toda a expressão, enquanto os cabelos – castanhos escuros – caem sobre os ombros. As vestes são simples: uma blusa branca (esverdeada?) de mangas compridas, com dois botões fechados no decote, e, saia vermelha comprida (até à canela) com atilho à cintura – existindo duas listas horizontais de cor aproximada na base. A luz, vinda diagonalmente da esquerda para a direita, acentua-se pela sombra de todo o corpo, projectada sobre o fundo, o qual se divide horizontalmente entre um cinza e um branco sujo

¹⁷ Idem.

irregulares, demonstrando evidente degradação da parede (ou muro). A tela está assinada no canto inferior esquerdo.

Mais do que uma obra acabada – tanto pelo tratamento descomplexado, onde as cores se sobrepõem ao rigor das formas, quer pelo enquadramento, o qual não se revela uma prioridade para o pintor [os pés da menina (quase) tocam a base da tela] – estamos, aqui, em presença de um estudo. Não deixa, no entanto, de ser um trabalho que nos cativa, pela singularidade da criança, nomeadamente pelo seu rosto de surpreendente e introspectivo olhar. As cores do fundo (claro/escuro) e o dominante vermelho da saia também contribuem para o fascínio da obra.

Numa primeira análise – atendendo à indumentária simples e ao facto de se apresentar descalça –, poderíamos pressupor que se trataria de uma habitante local, eventualmente de origem humilde. O próprio historial da peça na Colecção Municipal de Arte indica-nos um título austero e pouco revelador: “Menina”, título este recorrente nos inventários existentes até 2004.

Esta perspectiva de análise da obra *per se*, não nos forneceria grandes pistas sobre a personagem retratada. Porém, ao debruçarmo-nos quer sobre a vida de Carneiro, quer sobre a sua obra, concluímos de forma inequívoca de que a *menina* em causa é a própria filha do pintor, Maria Josefina.

A presente tela foi produzida num dos muitos ‘ateliês’ de Carneiro, as praias de Leça da Palmeira, locais que, embora sendo de descanso e lazer, proporcionavam ao pintor “oportunidade de trabalhar” (Castro, 2004). Esta localidade tornou-se um destino de férias preferencial de António Carneiro e família, desde meados da primeira década (e até meados) do século XX. Assim, a tela terá sido concebida num contexto familiar, justificando-se o traje menos apurado e os pés descalços por se tratar de uma zona balnear.

Maria Josefina é a presença mais regular na obra de Carneiro (Castro, 2004) representada em retratos ou cenas do quotidiano desde bebé. Fazendo uma análise comparativa entre estes trabalhos, diversas fotos e a tela em estudo,

encontramos semelhanças evidentes: a expressão global do rosto, os cabelos, o profundo olhar, o nariz longo, a boca e até uma típica covinha no queixo.

A filha terá proporcionado ao pintor a oportunidade de pintar a figura feminina, uma vez que não é temática que tenha apreciado (Castro, 2004), ideia que aliada ainda à data da obra, 1905¹⁸, altura em que Maria Josefina teria uma idade similar quanto à criança representada: 7 anos – contribui para esta clara atribuição ao personagem retratado.



Colecção **Municipal de Arte**

Figura 7

autarquia.

Do paisagismo à arte abstracta, de autores consagrados a novos valores, a Colecção Municipal de Arte tem já um corpo apreciável e de reconhecido valor. Comprovam-no as diversas solicitações para exposições, nas últimas décadas investigações para pós-graduações e/ou publicações.

Aquando da criação de uma identidade visual da colecção (figura 7), esta pintura emergiu como uma das mais emblemáticas de todo o conjunto, tornando-se, desta forma um jovem rosto de uma colecção – enquanto tal – a iniciar, também ela, um caminho.

Esta identidade é um dos necessários passos a para que se crie uma consciência de que existe uma colecção de arte enquadrada no património da

¹⁸ Um outro dado curioso nesta obra é a que coloca o pintor em Leça da Palmeira em 1905, assinatura bem visível, antecipando assim num ano a data que a investigadora Laura Castro tem apontado para a primeira estada estival do pintor e família naquela localidade.

BIBLIOGRAFIA

CAETANO, Teresa (2000), *Palácio Valenças*, Câmara Municipal de Sintra

CASTRO, Laura (2004), *Pintores Portugueses*, Lisboa, Edições Inapa

COSTA, Francisco (1949), *Guia Turístico de Sintra*, Câmara Municipal de Sintra

MACEDO, Diogo (1950), *Sintra na Pintura Portuguesa do Século XIX*, catálogo da exposição, Museu Nacional de Arte Contemporânea com a colaboração do Instituto Cultural de Sintra, Lisboa

SERRÃO, Vítor (1982), “Secção de pintura de temática sinttrensense do Museu regional de Sintra”, esboço de catálogo policopiado, Câmara Municipal de Sintra